

(Homo) sexualidades (des) construídas

“Abro mão da primavera para que continues me olhando.”

Pablo Neruda

É importante dizer que não pretendemos traçar uma história linear da homossexualidade. Nossa proposta é, na verdade, pinçar elementos na história da construção da homossexualidade que acabam por marcar nosso pensamento até hoje, não apenas em termos de definição do termo, mas de lógica de pensamento em si.

Para ilustrar como a sexualidade e até mesmo o gênero podem ser construções sociais, vale citar Thomas Laqueur (2001), quando o autor conclui que até o século XVIII, apesar do avanço da ciência, para o senso comum na Europa, existia apenas um gênero: o masculino. Ao invés do gênero feminino, acreditava-se, sob óbvia influência aristotélica, que a mulher seria uma versão *imperfeita* do homem, uma vez que ambos teriam os mesmos órgãos genitais, sendo que ser no *imperfeito*, estes não haviam se exteriorizado. Mais recentemente, em algumas culturas, até hoje, se considera a existência de três sexos e alguns sexólogos chegam mesmo a considerar a existência de cinco sexos na nossa cultura (Sterling, 2000).

Em 1700, o sexo entre iguais era pecado contra Deus, ou seja, uma ofensa no campo da moral. Pouco tempo mais tarde esta mesma ofensa passa a ser contra o Estado e, finalmente, no século XIX, “estava por se transformar numa inadequação médica e psicológica, que muito rapidamente poderia vir a ser uma doença mental” (Spencer, 1995). Ao longo do século XIX a psiquiatria prolongaria seu alcance e passaria a ser considerada fundamental para diagnosticar criminosos por serem sexualmente patológicos, uma vez que passaria a compreender o prazer como intrinsecamente ligado às chamadas aberrações sexuais: a condenação social e jurídica subordina-se agora ao psiquiatra, que tem na figura do juiz apenas o símbolo de legitimação do diagnóstico prescrito.

Foi naquele mesmo século que o termo *homossexual* foi criado, pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, em 1848. Outro importante médico do

século XIX que abordou este tema foi Kraft-Ebing em seu livro escrito em 1886, intitulado *Psychopathia Sexualis*, onde afirmou que a homossexualidade, na maioria das vezes, aparecia como travestismo e que ambos eram sinais de degeneração, sendo, assim, uma doença degenerativa do sistema nervoso central. A dificuldade em provar que a homossexualidade era hereditária residia no fato de a maioria dos pais de homossexuais serem heterossexuais. Para isso, Kraft-Ebing dizia que foram encontrados, em quase todos os casos em que foi possível examinar as peculiaridades físicas e mentais dos ancestrais e parentes de sangue, sinais como neuroses, psicoses e sinais degenerativos. Assim, a teoria da homossexualidade “degenerada” levou a ações punitivas e a idéias sobre a nova forma de controle social. “Também permitiu aos médicos demonstrar poder, declarando que podiam tratar e curar uma grande variedade de distúrbios mentais” (Spencer, 1995).

Apesar disso, ao fim do século XIX, a crescente urbanização dos grandes centros favoreceu espaços onde as minorias sexuais puderam se expressar. Contudo, elas contrastavam ainda com o que Norbert Elias chama de *established*, isto é, determinado grupo homogêneo, marcado por fortes laços sociais e detentor de poder, sustentados pela naturalização de um binarismo no qual os coloca como um modelo moral para a sociedade (Elias, 2000). Deste modo, Ellias compreende que a reivindicação e conseqüente cristalização de uma determinada identidade inflexível acaba por contribuir para relações de poder que contêm um dualismo formado pela construção do poder naturalizado na sociedade ocidental contemporânea.

A medicina, como vimos, considerava os homossexuais como indivíduos invertidos em relação ao gênero masculino/feminino e, segundo Foucault (1999), passaram a ser considerados uma “espécie”, uma vez que, segundo este mesmo autor, os discursos são práticas que sistematicamente formam os objetos de que falam.

O olhar foucaultiano, como vimos no capítulo anterior, acabou sendo diretamente relevante para a formulação da teoria *queer*, uma vez que é sobre este saber em relação ao sexo desenvolvido no século XVIII e seus correspondentes contemporâneos que grande parte do método desta teoria se realizará.

Porém, a teoria *queer* tem como outra importante fonte teórica o filósofo francês Jacques Derrida, um dos mais importantes autores da corrente de

pensamento da chamada pós-modernidade. Através de que seu método desconstrucionista Derrida (1967), defende a tese de se a lógica operar em binarismos, engendrará e fixará uma idéia ou um sujeito como norma, traçando sua oposição, ou seja, o lugar do “outro”. O termo inicial seria compreendido então como superior, e seu oposto, como inferior, que acabará por ser marginalizado por um discurso hegemônico, por representar uma minoria.

O método da desconstrução, proposto por Derrida, ao questionar este sistema lógico, propõe uma análise aberta, que incorpora ao invés de refutar, possibilitando constantes modificações, em contraste com a concepção modernista de significados únicos e fechados (Stern, 1996).

2.1

Para entender Derrida

Talvez a melhor maneira de iniciarmos um diálogo com Derrida seria compreender que seu método desconstrucionista sugere que, se quisermos investigar possíveis imperfeições de determinada teoria, devemos deixá-la “falar” através de citações e exemplos, fazendo com que ela se *desconstrua* a si própria. Nas palavras de Duque-Estrada,

"A origem do termo 'desconstrução' vem de Heidegger, que propôs, no período inicial de sua trajetória, um projeto filosófico chamado destruição da metafísica, o qual, por sua vez, procurava libertar os conceitos herdados da tradição que haviam se enrijecido - há muito sedimentadas pelo hábito de sua transmissão -, e retorná-los à experiência de pensamento original. Tratava-se, portanto, de um projeto em nada destrutivo, no sentido de um simples aniquilamento, e que Heidegger pôde nomear com a palavra alemã *Destruktion*. Ao passar para o francês, Derrida percebeu ser impossível evitar esta conotação fortemente negativa da palavra 'destruição'; o termo 'desconstrução' lhe pareceu então mais apropriado para captar essa idéia inicial contida no projeto de Heidegger, o que não quer dizer que a desconstrução seja uma simples repetição do projeto heideggeriano" (DUQUE-ESTRADA, 2004).

Ao invés de uma refutação direta, o método da desconstrução pode ser descrito como um diálogo crítico, onde exemplos de casos particulares são usados a fim de se perceber uma configuração mais ampla da argumentação a ser questionada. Como a desconstrução não tem como objetivo refutar determinado

aporte teórico, mas sim analisar suas possíveis incongruências e limitações conceituais, seu foco está sobretudo na origem de determinada teoria.

No nosso caso específico, devemos analisar a verdadeira motivação da argumentação que defende a existência da distinção binária homo/heterossexualidade e mostrar que esta proposta cria na verdade mais dúvidas do que oferece respostas, já que não questiona a natureza deste binarismo, tomando-o como “dado” e “natural”. Seguindo o método desconstrucionista derridiano, os teóricos *queer* concluíram que estas orientações sexuais são apenas duas dentre outras possíveis e, portanto, não são “naturais”. São, antes, construídas.

Como se vê, não se intenciona fazer uma mera crítica da tradição binarista, mas sim problematizar tal oposição tradicional, não para revertê-la ou subvertê-la, mas para deslocá-la, ampliando as referências e afrouxando os sistemas rígidos tradicionais. Deste modo, pode-se dizer que apesar de existirem homossexuais e heterossexuais, estas duas orientações não são as únicas e, portanto, não constroem um binarismo por si só, assim como parece ser difícil afirmar que formam uma oposição direta.

Para Derrida, tanto a antropologia como outras ciências humanas devem ser sempre cautelosas contra categorizações de natureza tais como a polarização hetero/homossexualidade, já que uma abordagem mais relativista evitaria classificarmos comportamentos e desejos como estáticos ou naturais, visto que esta classificação traz consigo o risco de projetar nos sujeitos, distinções puramente nossas.

Assim, podemos pensar que uma divisão binária da sexualidade traz consigo o desejo de uma sociedade ideal, pouco tocada pela diversidade e, como vimos anteriormente, tendo um de seus eixos dominante e detentor do poder. Derrida afirma que tal visão é fruto do etnocentrismo da civilização ocidental e de sua criação de uma monocultura global (Derrida, 1967). Dito isto, vemos que, tanto para Derrida como para a teoria *queer*, a linguagem jamais deve ser indicador neutro do pensamento, uma vez que determinada estrutura ou princípio (temos como um exemplo o próprio binarismo) independe de qualquer especificação de contexto histórico.

Assim, a proposta básica da desconstrução é a desestabilização e desorganização destes pares binários, denunciando elementos que se encontram

naturalizados. Vale lembrar que o conceito de desconstrução significa minar, perturbar e subverter: jamais destruir. Desconstruir um texto é, mais uma vez, fazer com que as suas palavras subvertam as próprias suposições desse texto, reconstituindo os movimentos paradoxais dentro da sua própria linguagem. Derrida faz repensar a forma como a linguagem opera.

Uma das características deste pensamento é que ao invés de preocupar-se com formulações de questões e respostas, parece preocupar-se mais com o plano das aporias e contradições que estão por trás da formulação de qualquer questionamento e, evidentemente, de suas possíveis respostas. Por esta razão, a desconstrução é tão importante para a teoria *queer*, pois desconstruir é extrair algo daquilo mesmo que se está desconstruindo, o que não significa dizer promover a autodestruição, mas, antes, apontar para “uma afirmatividade que se abre ao infinito” (Duque-Estrada, 2004), por mais paradoxal que possa soar. Antes de continuar, cabe aqui explicar o que estamos definindo como aporia, pois este conceito sustenta o projeto derridiano da desconstrução e funciona como um de seus motores principais.

O termo pode ser utilizado para demonstrar determinadas contradições presentes nos discursos. Em linguagem lógica, pode ser entendido como algo que é estabelecido por “A” em oposição a “B”. Paradoxalmente, contudo, consideramos que “A” não apenas está presente em “B” - caso contrário não conseguiria sequer se opor, já que só nos opomos àquilo que conhecemos - como pertence a “B”. Não é estabelecida assim uma oposição direta entre “A” e “B” que, ao contrário, estão sempre relacionados (Tugendhat e Wolf, 1997).

Desta forma, o objetivo de uma aporia não é invalidar uma argumentação, mas criar uma nova maneira de interpretá-la, a fim de encontrarmos novas percepções e outros possíveis caminhos para uma determinada questão. Em outras palavras, “é a tentativa derridiana de mostrar como se dá a violência da racionalidade que não mede esforço para conferir cientificidade às teorias, eliminando assim o que há de duvidoso”. (Duque-Estrada, 2004). Com isso, Derrida busca mostrar, através da investigação da fragilidade de tais separações, que divisões tais como natureza e cultura ou fala e escrita são na verdade arbitrárias e não-naturais.

Para entendermos melhor como Derrida chegou ao uso das aporias como aporte teórico para o método da desconstrução, voltemos à filosofia grega antiga,

onde o termo *aporia* também era usado para designar contradições entre dois juízos: Parmênides afirmava, por exemplo (Reale, 1993), que as idéias podem estar inteiramente nas coisas que representam ou apenas em parte. Porém, se estão totalmente em algo, estariam por fim separadas de si mesmas e, portanto, não seriam mais unas. Eis o surgimento de uma *aporia*. (Cotrim, 1997). Exemplificando: Se a idéia do *Grande* for dividida em partes, o que está contido no *Grande* será apenas uma parte do *Grande*. Como a parte é sempre menor que o todo, conclui-se que algo é *Grande* por participar da idéia do *Menor*. No outro extremo, a idéia do *Pequeno* é *maior* do que a parte dela que participa de algo *Pequeno*. Logo, diríamos que algo *Pequeno* é pequeno em virtude do *Maior*. Conseqüentemente, algo *Igual* seria igual por causa da idéia do *Pequeno* e não por causa da idéia do *igual* (Marques, 1990).

A conclusão é que se uma idéia é concebida como una, esta não pode ser dividida sem que surjam paradoxos. Cabe aqui traçarmos um paralelo com nosso objeto de estudo e concluir que a noção de *parentalidade* deve ser pensada como una e não dividida em hetero ou homoparentalidade, sob o risco de estarmos, na verdade, criando uma *aporia*.

Mais tarde, designaram-se também alguns diálogos platônicos como “aporéticos”, isto é, inconclusivos, tentando muitas vezes designar duas coisas em uma só (Derrida, 1991). Aristóteles, por sua vez, definirá a *aporia* como uma “igualdade de conclusões contraditórias” (Cherubin, 1990).

Derrida foi de alguma forma, responsável pela inclusão deste conceito dentro da teoria literária pós-estruturalista e é, neste contexto, que estamos empregando o termo. A *aporia* é identificada pela leitura desconstrutivista do texto que terá como fim mostrar que o sentido nele inscrito atingirá invariavelmente o nível da indeterminação ou da indecidibilidade, por não se fixar em uma afirmação única.

Deste modo, Derrida articula seu pensamento de forma semelhante ao que fez Platão em sua obra chamada *Mênon*. Fazendo um paralelo entre os dois momentos através da *aporia* desconstrucionista, seria interessante observarmos o que aquele autor procurou fazer com a noção da *virtude* e transpor para o conceito contemporâneo de homoparentalidade. No texto grego, trata-se de um dialogo de Sócrates com Mênon, onde este último alega saber, *a priori*, o que seria a virtude. Aos poucos Sócrates, através de *aporias*, consegue abalar a certeza que seu

interlocutor tinha a respeito de um conceito já naturalizado e internalizado. Com isso, Mênon concorda em repensar junto com Sócrates este conceito e reformular suas definições.

MENON: “Sócrates, mesmo antes de estabelecer relações contigo, já ouvia dizer que nada fazes senão caíres tu mesmo em aporia. E agora, está me parecendo, me enfeitiças e drogas, e me tens simplesmente sob completo encanto, de tal modo que me encontro repleto de aporia. Pois verdadeiramente eu, de minha parte, estou entorpecido, na alma e na boca, e não sei o que te responder. E, no entanto, sim, miríades de vezes, sobre a virtude, pronunciei numerosos discursos, para multidões, e muito bem, como pelo menos me parecia. Mas agora, nem sequer o que ela é, absolutamente, sei dizer”. (IGLÉSIAS, 2001, p. 27)

Da mesma forma, é proposta deste trabalho a reformulação de conceitos aprioristicamente tidos como verdade e tentar pensar se a homoparentalidade realmente comporta a noção de alteridade, no que diz respeito à constituição de uma parentalidade homossexual ou se devemos pensar esta configuração familiar não como diferente ou com alguma identidade pré-definida, mas antes como o engendramento de uma subjetividade na qual naturalmente comportaria a paternidade, independente da orientação sexual do casal.

Para teóricos *queer* como Judith Butler, (1990) a oposição hetero/homossexualidade deve ser, portanto, criticada e abalada por meio desse procedimento desconstrutivo, uma vez que ser homem ou mulher é, segundo estes pensadores, uma construção cultural, resultado de normas que estruturam as práticas sociais e operam em nossos corpos de maneira potente e não uma identidade já estabelecida. Deste modo, assim como a linguagem constrói realidades, tais como as noções de gênero ou a maternidade “natural”, o termo homoparentalidade deve ser revisto, já que está referenciado por oposição direta à família heteronormativa. É necessário, então, fazermos uma mudança epistemológica que possa romper com esta lógica binária que parte da premissa de identidades previamente constituídas e naturalizadas. Nossa aposta é que com uma abordagem desconstrutivista *queer*, seja possível compreender a família heterossexual e a homoparentalidade como interdependentes e integrantes de um mesmo quadro de referências, ou seja, não mais pensar a família dita homoparental como alteridade. Destarte, ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, a abordagem *queer* sugere uma teoria e uma política pós-identitárias,

onde o alvo seria a oposição hetero/homossexualidade, uma vez que esta oposição organiza as práticas sociais. Trata-se, portanto de uma mudança no foco e nas estratégias. Como ilustração, lembremos que gays e lésbicas têm passado por mudanças radicais nas últimas décadas, tentando se enquadrar em uma lógica binária heteronormativa, migrando de uma posição marginal do exercício de suas práticas, até então escondidas de olhares amplos, passando para a visibilidade em atos públicos com multidões nas ruas, reivindicação esta que é questionada no movimento *queer*, uma vez que tal política afirmativa fortalece o binarismo ao manter as identidades, quando estas deveriam ser desnaturalizadas.

Neste propósito, para não reproduzirmos práticas identitárias que têm como fim a identificação segundo determinadas normas sociais, devemos pensar a família como uma construção social, sem tomarmos nenhum arranjo como norma, mesmo porque esta instituição passa por um processo de desinstitucionalização, no sentido de ser considerada cada vez mais uma realidade privada, diminuindo o seu significado público, fruto da reestruturação do desejo do sujeito perante o Estado. Assim, a conjugalidade homossexual e a homoparentalidade podem ser compreendidas, uma vez que o parentesco, diante desta desinstitucionalização, não necessariamente reproduz estruturas, mas deve, antes, ser visto como uma prática realizada em si mesma. Desta forma podemos entender Foucault quando este afirma não ser o parentesco uma invariante mas, antes, um fenômeno histórico (Uziel, 2002), ainda que muitos operadores do direito no Brasil não tenham esta visão, enquadrando a família em uma estrutura heteronormativa. Por isso mesmo, parece ser importante compreendermos a família para além das estruturas convencionais e buscarmos novas interpretações e, a partir delas, elaborarmos novas políticas sociais, desconstruindo, entre outros conceitos, o binarismo hetero/homossexualidade.

Dissertando a respeito da intercambialidade entre sexo e gênero, Butler (2003) nos ajuda bastante nesta construção de referencial teórico, já que, para ela, ambos estão inscritos nas marcas de um mesmo constructo social, além de não serem características descritivas, prescritivas ou muito menos “naturais”. Ao retirar da noção de gênero a idéia de que ele decorreria do sexo e discutir em que medida a distinção sexo/gênero é arbitrária, indicando que o sexo é, assim como o gênero, discursivo e cultural, a filósofa afirma que, nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino final.

Nessa tentativa de "desnaturalizar" o gênero, ela propõe a libertação daquilo que chama de *metafísica da substância* onde o sexo é normalmente aceito como substância, como aquilo que é idêntico a si mesmo. O gênero seria “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Butler, 2003).

Advém daí que não parece haver, na verdade, uma suposta identidade de gênero, já que esta nos é dada tão somente através do condicionamento do desejo, nos atirando a uma lógica binária difícil de escapar. A saída seria, então, a desconstrução desta naturalização do desejo e do sexo, permitindo, finalmente, a manifestação deste mesmo desejo no corpo, livre da noção de que o biológico é imutável e natural, mas, antes, um aporte subsidiário.

A fim de entendermos melhor esta questão seria interessante voltar ao conceito butleriano de *performatividade* : de acordo com Butler (2003) este seria um processo temporal de construção de nossos corpos através do discurso, materializando, desta maneira, o sexo do corpo. Assim o gênero deve ser compreendido como algo próximo a uma “*imitação persistente*”, ou seja, a própria estilização do corpo, cristalizando-se através da repetição de determinados padrões inseridos em uma estrutura rígida internalizada pelo sujeito. Com o tempo, este padrão que se repete acaba sendo tomado como natural.

“Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a conseqüência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2003: 24-25).

Com isso, podemos concordar com a autora, quando esta afirma que, em conseqüência do que vimos até agora, a manifestação de um desejo inclinado a uma orientação heterossexual passa, antes, por uma lógica binária construída, produzida por práticas reguladoras poderosas em nossa cultura. Por tudo isso, o interdito passa a se transformar em possibilidade real de mudança deste binarismo naturalizado em nossa sociedade. Desta maneira, as práticas homossexuais deixariam de ser *perigosas* e *ameaçadoras* para a ordem hegemônica heteronormativa simplesmente por não se encaixarem na cultura do *mainstream*. O gênero passa a ser performativo, uma vez que o entendemos como um modo de

subjetivação do sujeito, não sendo este precedido ou posterior à atribuição do primeiro. Em outras palavras, o gênero deixaria de existir a partir de um *a priori* e sim constituído por práticas discursivas que lhe darão forma em diferentes momentos da vida do indivíduo.